

**As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição
do movimento moderno para as diretrizes internacionais
e nacionais de preservação do patrimônio cultural**

Ana Lúcia Cerávolo

Arquiteta formada pela USP São Carlos, concluiu o mestrado *Paulo de Camargo e Almeida. Arquitetura Total na obra de um arquiteto brasileiro*, em 2000, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, daquela universidade. Atualmente desenvolve o Doutorado, sob orientação da Profa. Associada Sarah Feldman, junto à mesma instituição e, desde 2001, exerce cargo de direção na Fundação Pró-Memória de S. Carlos, onde coordenou a implantação do setor municipal de proteção ao patrimônio cultural.

Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo – Campus São Carlos

R. Pastor Cyrus Bassett Dawsey, 315. Jd Cardinalli. São Carlos-SP. CEP: 13.569-530.
Fone: 16 8128.8501 ou 16 3374.6842 / Fax: 16 3374.6842 / E-mail: alceravolo@yahoo.com.br ou
alce@sc.usp.br.

As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do patrimônio cultural

Este trabalho é parte da tese de doutoramento “Movimento moderno e o debate sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil: 1930-1960”.

O tema do patrimônio cultural assumiu papel de destaque nas últimas décadas junto às mídias, internacional e nacional, tendo forte apelo junto à opinião pública e recebendo investimentos consideráveis por parte de instituições financeiras. Essa visibilidade associada à crescente relevância das intervenções de revitalização e recuperação de áreas históricas e de centros históricos para o planejamento e projetos urbanos, frequentemente tende a ignorar as reflexões e contribuições que o movimento moderno deu à relação entre passado e presente, a partir da década de 1930, particularmente na constituição de uma cultura arquitetônica de intervenção em edifícios ou sítios com características históricas.

Na perspectiva de compreender melhor a visão moderna sobre o patrimônio cultural e decodificar a gênese da concepção de patrimônio urbano, ou seja, a passagem da noção do patrimônio arquitetônico, do monumento, para o conjunto arquitetônico e a cidade, e se considerarmos que as cartas patrimoniais só indicarão essa direção a partir de 1964, com a Carta de Veneza, parece necessária a reavaliação da posição que assume a vanguarda do movimento moderno, dada a visão corrente e disseminada, de que o urbanismo moderno, e, em particular a Carta de Atenas, formulada a partir do IV CIAM, estão fundados num radical antihistoricismo e propõem a “tábula rasa” como método de intervenção urbana.

Assim, o objetivo central do trabalho é analisar a articulação entre as diretrizes internacionais da área de patrimônio e as concepções desenvolvidas no âmbito da arquitetura e do urbanismo modernos, avaliando o impacto da contribuição para a prática da preservação e intervenção em imóveis históricos e para a formulação da legislação internacional que é produzida posteriormente.

Nessa perspectiva, pretende-se realizar uma análise comparativa das duas Cartas de Atenas: a de 1931, fruto da 1ª Conferência Internacional para Conservação dos Monumentos Históricos, organizada pela Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, e a de 1933, produto do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que elegeu como temática a análise de 33 cidades, culminando com a elaboração da Carta do Urbanismo.

Estudar os dois principais documentos doutrinários da década de 1930 é fundamental para reavaliar a contribuição da arquitetura moderna no âmbito das teorias e políticas patrimoniais no Brasil, na medida em que é nessa década que se consolidam as articulações para concretizar a criação de um órgão com a finalidade de preservação do patrimônio cultural no Brasil, que se efetiva, em 1937 com a implantação do SPHAN, assim como, instituições similares em outros países da América Latina.

Palavra chave: movimento moderno, patrimônio cultural e cartas patrimoniais.

As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do patrimônio cultural

*“Hoje tacham-me de revolucionário. Vou fazer uma confissão sempre tive um único mestre, o passado, e uma única formação: o estudo do passado”
Le Corbusier¹.*

O tema do patrimônio cultural assumiu papel de destaque nas últimas décadas junto às mídias, internacional e nacional, tendo forte apelo junto à opinião pública e recebendo investimentos consideráveis por parte de instituições financeiras. Essa visibilidade associada à crescente relevância das intervenções de revitalização e recuperação de áreas históricas e de centros históricos para o planejamento e projetos urbanos, em particular, se observamos as experiências brasileiras, são as motivações deste trabalho.

“Os projetos de revitalização, reabilitação e requalificação urbana são uma constante em inúmeras iniciativas de planejamento urbano no Brasil (...). Também, cabe ressaltar que os projetos de revitalização não ficaram restritos às grandes cidades, pequenas e médias cidades têm sido objeto de projetos (...)”².

Essas preocupações, cujas dimensões não poderiam ser concebidas há cinquenta anos no país, nasceram no século XIX, em 1837, quando foi criada na França, segundo Françoise Choay³, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos.

Independente da atribuição de pioneirismos a um determinado país, o certo é que a Europa cria e sedimenta a noção de preservação do patrimônio histórico e cultural, com a ação relevante de países como França, Inglaterra, Itália, Áustria, Espanha, entre outros. Essa noção característica da civilização Ocidental é devedora do desenvolvimento da Cultura Moderna ao longo do século XIX⁴.

¹ CORBUSIER (2004): 44.

² ZANCHETI (2003): 92.

³ CHOAY (2001): p. 12.

⁴ RIEGL (1999): p. 24-27.

O processo de industrialização e as grandes transformações ocorridas durante o séc. XVIII e início do séc. XIX ocasionaram a conseqüente acumulação de riqueza empreendida no sistema capitalista, associada ao aumento vertiginoso da população urbana em algumas cidades, implicando em mudanças na lógica comercial e na atribuição de valor dos terrenos na área urbana, que segundo Leonardo Benévolo, modifica o tempo de duração da vida dos edifícios, que tendiam a uma longevidade maior. Esses fatores extremamente complexos provocaram impactos profundos no âmbito da cultural e da técnica. Como reflexo, de maneira muito sintética, observou-se o início na arquitetura do período neoclássico e surge na área técnica da construção, a engenharia estrutural, que utiliza em larga escala o ferro, o vidro e, posteriormente, o concreto armado.

Em meio a este contexto, a noção de patrimônio cultural, como enfatiza Choay, se transformou ao longo do século XIX e XX, havendo a necessidade de considerar o monumento em sua inserção no tecido da cidade e nas suas dimensões urbanísticas – introduzindo assim o conceito de patrimônio urbano no sentido contemporâneo.

“(...) o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele (o patrimônio) agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra a ‘lista’ do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco”.⁵

Na perspectiva de compreender melhor a visão moderna sobre o patrimônio cultural e decodificar a gênese da concepção de patrimônio urbano, ou seja, a passagem da noção do patrimônio arquitetônico, do monumento, para o conjunto arquitetônico e a cidade, e se considerarmos que as cartas patrimoniais só indicarão essa direção a partir de 1964, com a Carta de Veneza, parece necessário reavaliar a posição que assume a vanguarda do movimento moderno, dada a visão corrente e disseminada, de que o urbanismo moderno, e, em particular a Carta de Atenas, formulada a partir do IV CIAM, estão fundados num radical antihistoricismo e propõem a “tábula rasa” como método de intervenção urbana.

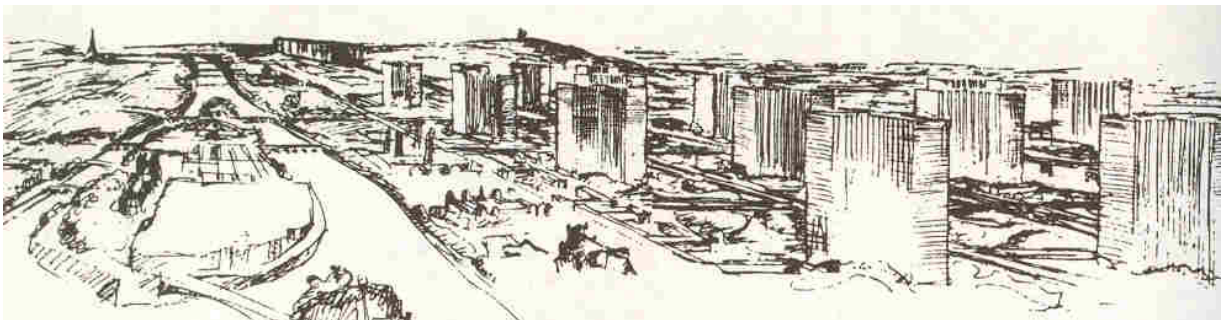
Neste momento em que o patrimônio produzido pelo movimento moderno está sendo reavaliado, surgem polêmicas de como se deve intervir sobre eles. Parece pertinente que nos indaguemos sobre qual é a posição da arquitetura e do urbanismo modernos em relação à proteção do patrimônio histórico-cultural? Como eles se posicionaram diante da história e do passado? E quais suas contribuições para o debate sobre a intervenção em bens patrimoniais, desde a década de 1930? Essa compreensão pode auxiliar nas decisões de preservação e manutenção do patrimônio produzido inclusive pelo movimento moderno.

⁵ CHOAY (2001): p. 12-13.

O conceito de patrimônio urbano e o movimento moderno

Françoise Choay (2001) localiza o nascimento do conceito de “patrimônio urbano”⁶, como o entendemos hoje, de maneira associada a três autores em tempos distintos e com contribuições complementares: John Ruskin (1860), Camillo Sitte (1889) e Gustavo Giovannoni (1913), que, desenvolveram noções que ampliaram a compreensão do monumento histórico individual para o conjunto arquitetônico que compõe uma cidade, sua malha urbana. Para tanto, ela cria três categorias para pensar níveis distintos de aproximação e compreensão da cidade como patrimônio urbano, que evoluíram até nossos dias, e são atribuídas, respectivamente, às figuras acima citados: a figura memorial da cidade, a figura histórica e a figura historial.

Em suas formulações, Choay, ao mesmo tempo, que atribui autorias e elabora uma genealogia (Ruskin, Sitte e Giovannoni) da evolução do sentido do patrimônio urbano, desde meados do século XIX até a primeira década do século XX, também exclui a possibilidade de conferir qualquer participação do movimento moderno nessa questão. E faz isso, desqualificando personagens de primeira linha no âmbito internacional da arquitetura e do urbanismo moderno, como Le Corbusier e Giedion.



Le Corbusier, Plan Voisin, 1925.

A autora afirma de maneira categórica a rejeição por parte dos CIAMs da noção de “cidade histórica ou museal” e acusa a arquitetura e urbanismo moderno pela devastação de centros históricos em diversos países, sem considerar a destruição provocada pelas guerras na Europa ou o crescimento desordenado das cidades do continente americano a partir da década de 1920, apenas para citar dois exemplos que certamente são reducionistas frente às complexidades econômico-sociais do início do século XX.

“o Plano Voisin, (...), propõe destruir a malha dos velhos bairros de Paris, substituída por arranha-céus padronizados, conservando apenas alguns monumentos heterogêneos, Notre-Dame de Paris, o Arco do Triunfo, o Sacré-Coeur e a Torre Eiffel: inventário que já anuncia

⁶ Sobre o tema ver também KÜHL (1998): 195-7.

a concepção midiática dos monumentos signos. Essa ideologia da tábula rasa, aplicada ao tratamento dos centros antigos durante a década de 1950, deixou de prevalecer na França com a criação de André Malraux, em 1962, da lei sobre as áreas protegidas. Modificada depois em sua redação e em sua orientação, essa lei era na verdade, em sua origem, uma medida de urgência inspirada pela figura museal da cidade. Contestados na Europa, nem por isso os CIAM deixariam de prosseguir em sua obra iconoclasta nos países em desenvolvimento e a trabalhar na desconstrução de alguns dos mais belos bairros antigos do Oriente Médio, como aconteceu em Damasco e Aleppo. No Extremo Oriente, sua influência continuou forte. Pode-se-lhe imputar, notadamente a destruição de uma parte da antiga Cingapura”⁷.

Na construção de seus argumentos, Choay, menciona a “obra clássica” de Camillo Sitte, *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, 1889, e antes mesmo de explicá-la ou problematizá-la, tece o seguinte comentário:

*“Em nome da doutrina dos CIAM, S. Giedion e Le Corbusier fizeram de Sitte a encarnação do passadismo mais retrógrado, o apóstolo da trilha dos burros, o inimigo declarado do urbanismo moderno.”*⁸

Referindo-se ao termo “apóstolo da trilha dos burros”, em nota de rodapé, Choay acrescenta novas informações que tornam as “críticas” a Corbusier uma espécie de “depoimento pessoal”, dando um tom ideológico anti-moderno para sua narrativa. Discute posições de Le Corbusier num assunto que, em princípio, ela não lhe atribui nenhuma participação. Então, para que falar de CIAM, Giedion e Corbusier?

*“A expressão é de Le Corbusier, que entretanto havia lido e admirado Sitte, antes de vilipendia-lo.”*⁹

Mas, as referências a Corbusier e ao CIAM voltam no momento em que inicia os argumentos sobre a importância da obra de Giovannoni para o surgimento da noção da “figura historial”. Diz a autora:

“Durante muito tempo se escamoteou a importância de Giovannoni em razão de paixões políticas e ideológicas. Por isso mesmo, é necessário restituir-lhe o lugar que merece no campo da história”.*

**) Uma parte da carreira de Giovannoni se deu sob o regime de Mussolini. Por essa razão, ele se viu injustamente envolvido, depois da guerra, no processo contra o fascismo, tendo sido criticado com violência por B. Zevi (...). Além disso, não tendo cortejado determinadas estrelas do movimento moderno como Le Corbusier, foi acusado de passadista, quando na*

⁷ CHOAY (2001): 194.

⁸ CHOAY (2001): p. 183.

⁹ CHOAY (2001): p. 183.

*verdade desenvolvia, na área de urbanismo, teorias mais avançadas e, tecnicamente mais elaboradas”.*¹⁰

No debate para preservação dos bens patrimoniais, destaca-se o italiano G. Giovanonni, cuja autoria da noção de “patrimônio urbano” é reivindicada por Choay. Giovanonni apresentou uma comunicação denominada *Vecchie città ed edilizia nuovana* Conferência realizada em Atenas em 1931, cuja carta final está no escopo de análise deste trabalho. No entanto, o pioneirismo de Giovanonni é relativizado pela própria autora, a partir da afirmação de que suas idéias, naquele momento, não tiveram penetração no âmbito patrimonialista, ficando ausentes do conteúdo expresso da Carta de Atenas de 1931, como explicita a própria Choay.

*“Só em 1931 se realiza a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, em Atenas. Dois anos antes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que, na mesma cidade, elaborou a célebre Carta de Atenas, ela (a conferência) deu ensejo a que se levantasse a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade, e que se desenvolvessem a esse respeito idéias e propostas discordantes, porém mais avançadas que as da Carta (de Atenas). Mas essas concepções inovadoras acabaram pouco difundidas. Foram formuladas à margem do congresso, que, em princípio, deveria tratar dos problemas técnicos da conservação e da restauração (...)”*¹¹ (grifos do autor).

As severas críticas de Choay ao movimento moderno aparecem como ruído em sua narrativa. Se para Choay a Carta de Atenas (CIAM) não trás contribuições para o debate da preservação, há autores que avaliam de maneira distinta. Segundo a leitura crítica apresentada por Daniel Drocourt num colóquio realizado em 1976, cujo tema foi “Atualidade da Carta de Atenas”, a posição do IV CIAM “envelheceu muito menos” do que outros documentos específicos sobre o tema do patrimônio e sua preservação. Diz Drocourt que apesar de aparentemente simplista, a Carta do Urbanismo permite uma leitura sobre o tema para além da questão da salvaguarda e julga que sua abordagem é lúcida e antecipadora, em aspectos cruciais, dos documentos produzidos por técnicos especialistas nas décadas seguintes.¹²

Drocourt ressalta a referência constante na Carta à preservação de “conjuntos urbanos”, numa perspectiva que considera inovadora no debate patrimonialista¹³. Aponta ainda que nos anos

¹⁰ CHOAY (2001): p. 195.

¹¹ CHOAY (2001): 173.

¹² DROCOURT (1976): 166-7.

¹³ Ao contrário das concepções ruskianas, o movimento moderno não tem uma visão museal e redentora das cidades, como locus de regresso à vida pré industrial. Propõe sim uma visão da arquitetura a partir da cidade. Nessa perspectiva os conjuntos urbanos ganham uma nova conotação e superam a dimensão do traçado.

trinta já havia uma tendência nesse sentido presente no debate italiano¹⁴, mas lembra que apenas em 1964, na Carta de Veneza, esse enfoque é consolidado¹⁵.

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular (...)”¹⁶.

Diferentemente da Carta de 1931, a Carta do Urbanismo de 1933 explicita sua posição em relação à noção urbanística, ao compromisso com o desenvolvimento da cidade, à solução da circulação e à adequação à escala humana das questões decorrentes da nova ordem industrial, afirmados de maneira enfática - inclusive para justificar a decisão de preservação ou não de determinados edifícios. Essas questões aparecem de forma distinta nas cartas patrimoniais, inclusive na de Veneza. Nesta última, o conceito formulado de *sítio* é o de “conjunto arquitetônico”, a de área envoltória, que congela os edifícios e sua estrutura urbana.

*“Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes”.*¹⁷

A postura dos arquitetos vinculados ao movimento moderno diante dos edifícios históricos e sua inserção urbana, ou melhor, da clara definição de que o edifício é, necessariamente, parte da cidade e sua sobrevivência deve estar condicionada a alguns fatores mais abrangentes, vão além da simples decisão de preservá-los, antecipa uma série de questões contemporâneas discutidas na área específica de patrimônio.

Independente da reivindicação de “paternidade” à noção de patrimônio urbano, consideramos que é relevante compreender quais as correntes que estão dialogando e quais as contribuições que aportam ao debate sobre a preservação e intervenções em bens históricos. Como esse tema permeou as discussões no interior do movimento moderno e como repercutiu na elaboração das políticas patrimoniais a partir da década de 1930? No entanto, a legitimação da participação de arquitetos e urbanistas vinculados ao movimento moderno, em reflexões e ações projetuais, não impõem a eliminação ou o ofuscamento de outras tendências ou personagens, como Sitte ou Giovannoni.

¹⁴ Nos anos 30, destaca-se no debate sobre a preservação patrimonial, como já mencionado, o italiano Gustavo Gianonni (1873-1943): engenheiro, arquiteto, historiador da arte e autor do livro publicado em 1931, *Vecchie città ed edilizia nuova*, desdobramento de um artigo homônimo desenvolvido em 1913.

¹⁵ DROCOURT (1976): 167.

¹⁶ Carta de Veneza (1964): artigo 1.

¹⁷ Carta de Veneza (1964): artigo 1.

A posição dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

Analisaremos para os objetivos deste trabalho as manifestações oficiais elaboradas a partir dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), tendo em vista que representam os pontos de convergência, que identificam o grupo de arquitetos vinculados ao movimento moderno, apesar das acirradas disputas internas e da diversidade projetual e formal que os caracteriza. Segundo Conrads, em sua coletânea *Programas y Manifestos de la arquitectura del siglo XX*, os congressos serão, durante trinta anos, palco “ (...) de un intercambio de ideas a nivel mundial, que pusieron al descubiertos las tareas del ‘urbanismo’ ”¹⁸.

Na declaração publicada como resultado do primeiro Congresso, realizado em 1928, no castelo de La Sarraz, já na parte introdutória, os arquitetos esclarecem aos leitores as motivações da criação dos congressos e de seu papel para a arquitetura e urbanismo modernos.

“Os arquitetos abaixo assinados estabelecem conjuntamente os fundamentos de suas concepções sobre a arquitetura assim como de suas obrigações profissionais perante a sociedade e destacam particularmente que consideram a arquitetura uma atividade elementar do homem que participa em todo seu alcance e em toda sua profundidade do desenvolvimento criativo de nossa vida”.

E apesar das divergências que já vinham se explicitando, pelo menos desde a exposição de Stuttgart, para enfrentar a força do tradicionalismo, os arquitetos presentes ao encontro,...

*“... acordaram apoiar-se mutuamente no futuro, no trabalho, acima das fronteiras de seus países”.*¹⁹

Walter Gropius, no texto *CIAM: 1928 – 1953*, escrito em função das comemorações do 25º aniversário dos congressos, relembra o significado de sua criação.

*“Lo más importante ha sido el hecho de que en un mundo de confusión, y de esfuerzos desperdigados, un pequeño grupo de arquitectos sintió la necesidad de reunir sus fuerzas en un intento de apreciar como una totalidad los multifacetados problemas que los confrontaban”*²⁰

O primeiro congresso, realizado em La Sarraz (Suíça), foi dedicado à Fundação dos CIAMs²¹; os dois seguintes discutiram a problemática da habitação: o de 1929, o segundo, realizado em Frankfurt (Alemanha), voltou-se ao estudo da moradia mínima; e o terceiro, realizado em 1930,

¹⁸ CONRADS (1973): 165.

¹⁹ CONRADS (1973): 165.

²⁰ GROPIUS (1956): 136.

²¹ A cronologia e as temáticas abordadas nos CIAMs são as seguintes: 1928 - 1º Congresso, La Sarraz, Fundação dos CIAM. 1929 - 2º Congresso, Frankfurt (Alemanha), Estudo da moradia mínima. 1930 - 3º Congresso, Bruxelas, Estudo do loteamento racional. 1933 - 4º Congresso, Atenas, Análise de 33 cidades. 1937 - 5º Congresso, Paris, Estudo do problema moradia e lazer. 1947 - 6º Congresso, Bridgwater, Reafirmação dos objetivos dos CIAM. 1949 - 7º Congresso, Bérgamo, Execução da Carta de Atenas. 1951 - 8º Congresso, Hoddesdon, Estudo do centro. 1953 - 9º Congresso, Aix-en-Provence, Estudo do habitat humano. 1956 - 10º Congresso, Dubrovnik, Estudo do habitat humano.

em Bruxelas (Bélgica), foi destinado à reflexão sobre o loteamento racional. O quarto congresso, realizado em Atenas, em 1933, elegeu como temática a análise de 33 cidades, culminando com a elaboração da Carta do Urbanismo, também conhecida como Carta de Atenas.

Nesse contexto, é digno de nota, que no primeiro momento, em que o CIAM se debruça sobre os temas relacionados às cidades, a postura em relação às questões patrimoniais já está colocada. Esse tema voltará a aparecer em 1949, no sétimo congresso, realizado em Bérgamo (Itália), quando se estuda a execução da Carta de Atenas e nasce a *grille* CIAM de urbanismo; e, em 1951, quando figura como elemento importante do tema central, visto que o oitavo congresso, realizado em Hoddesdon, é destinado ao estudo do centro urbano, ao “coração das cidades”.

A respeito do Congresso de 1951 cabe ressaltar o protagonismo que assumem no debate internacional as intervenções em áreas centrais, centros históricos e cívicos, e a importância da temática da monumentalidade, tese elaborada por Sert, Giedion e Legér, ainda em 1943.

Embora o tema específico do patrimônio não apareça na Declaração de La Sarraz²², como já mencionado anteriormente, alguns elementos fundamentais que guiarão a postura do CIAM de 1933 já estão aí explicitados e serão centrais nas discussões futuras do tema da arquitetura e do urbanismo modernos, tais como a relevância da questão tecnológica na construção civil, dos novos materiais, técnicas e metodologias; e o veemente rechaço a qualquer tipo de intervenção arquitetônica que evoque os estilos historicistas.

*“... é tarefa dos arquitetos atuar de acordo com os grandes feitos da época e os objetivos maiores da sociedade a que pertencem e realizar suas obras de acordo com eles. Consequentemente, se negam a incluir princípios criativos de épocas anteriores e estruturas sociais passadas em suas obras”.*²³

Aos propósitos declarados agregam-se a técnica e a tecnologia, que dão subsídio ao trabalho dos profissionais vinculados à “nova arquitetura”. Os princípios que devem nortear a atividade desses profissionais são o compromisso com a racionalização e economia nas e das construções; a padronização e a utilização dos novos materiais (o aço, o concreto armado e o vidro) que haviam sido introduzidos recentemente na construção civil.

*“(...) lhes parece lógico prestar especial atenção aos novos materiais de construção, às novas construções e aos novos métodos de produção e atentarem a todos os problemas que, no âmbito de sua profissão, esperam um progresso a partir de seus trabalhos”*²⁴.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a nova proposição de um conceito de urbanismo, explicitado na Declaração, e que estará implícito em todas as abordagens dos CIAMs .

²² A Declaração, resultante do I Congresso, está estruturada através dos seguintes temas gerais: Economia, Planejamento Urbano e Rural, Arquitetura e opinião pública, por fim, Arquitetura e relação com o Estado.

²³ Declaração de La Sarraz. In: CONRADS (1973): 165.

²⁴ Declaração de La Sarraz. In: CONRADS (1973): 166.

“O urbanismo é a organização de todas as funções da vida coletiva na cidade e no campo. Não podendo estar condicionado a opções estéticas e sim exclusivamente por exigências funcionais”.²⁵

A relevância dessas questões, particularmente, para a área de patrimônio é explicitada por Walter Gropius no texto “Arqueologia ou Arquitetura para os edifícios contemporâneos?”, escrito em 1949 e publicado na revista *New York Times Magazine*.

“Construir con elementos de los períodos de la artesanía manual en una era de industrialización está llegando a ser una tarea más y más desahuciada: o bien se empantana en dificultades financieras debido a la insuficiencia de la necesaria mano de obra especializada, o bien termina en un producto falso y sin vida, de origen industrial.

No podemos continuar resucitando indefinidamente restauraciones. La arquitectura debe marchar hacia delante; si no, morirá”.²⁶



Lúcio Costa, Jorge Machado Moreira, Ernani Vasconcellos, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão e Oscar Niemeyer, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1939/45. Detalhe do uso do azulejo apropriado e reelaborado pelo movimento moderno.

²⁵ Declaração de La Sarraz. In: CONRADS (1973): 168.

²⁶ GROPIUS (1956): 106.

As cartas patrimoniais tratam de maneira especial o tema da utilização de materiais modernos em edifícios antigos, sobretudo em restaurações. Na Carta de Atenas, 1931, os técnicos aprovam a utilização de novos materiais, mas enfatizam a necessidade de mantê-los “escondidos” para não alterar a originalidade das obras históricas.

“Em relação ao emprego de materiais, os técnicos aprovaram o emprego adequado de todos os recursos da técnica moderna e especialmente, do cimento armado.

Especificam, porém, que esses meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício a ser restaurado.

Recomendam os técnicos esses procedimentos especialmente nos casos em que permitam evitar os riscos de desagregação dos elementos a serem conservados.”²⁷

Na Carta de Veneza, 1964, essa dissimulação defendida em 1931 como mecanismo de preservação do “aspecto e do caráter do edifício”, assume a condição de falsificação, enfatizando o documento, a imperiosa necessidade de diferenciação das intervenções modernas. Essa postura retoma as idéias postuladas em La Sarraz e depois, especificamente no capítulo sobre patrimônio, na Carta do Urbanismo.

“Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história”²⁸.

A Carta do Urbanismo e suas versões

Para situar a postura veiculada através das declarações oficiais dos CIAMs, utilizaremos a Carta de Atenas como documento guia, comparando-a com dois textos de referência para o setor patrimonialista, a Carta de Atenas de 1931, elaborada pelo Escritório Internacional dos Museus, instância da Sociedade das Nações, que é a primeira carta específica da área de patrimônio; e a Carta de Veneza de 1964²⁹, formulada no âmbito do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, considerada paradigmática para os especialistas.

Essa comparação permitirá compreender melhor sua temporalidade, seu diálogo com o setor específico de patrimônio, e investigar se há proposições diferenciadas, em qual sentido, se há pontos inovadores ou conservadores em relação à época e às noções hoje vigentes.

²⁷ Carta de Atenas (1931): item Materiais de Restauração. Nas cartas patrimoniais a indicação será feita pelo número do artigo ou item dado a variedade de formatos de publicação.

²⁸ Carta de Veneza (1964): artigo 12.

²⁹ Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios.

No intuito de minimizar a confusão que pode gerar o fato de trabalharmos com duas cartas de Atenas a patrimonialista, de 1931, e a modernista, de 1933, convencionaremos, daqui em diante, utilizar para a Carta de Atenas de 1933³⁰, a denominação *Carta do Urbanismo*.

Em relação à Carta do Urbanismo, como é sabido, existem quatro versões. A mais conhecida é a versão de Le Corbusier, também denominada versão “Marselha”. Há também a versão atribuída a Josep Lluís Sert, *Can our cities survive?*, publicada apenas em 1942, que não foi considerada para efeito de comparação por não ter influenciado na redação da declaração final. As duas outras versões serão aqui chamadas de “Patris II³¹” e “Zurique”. A “Patris II” foi elaborada durante o Congresso e está datada em 10 de agosto de 1933. A de Le Corbusier foi concluída em 14 de agosto e tinha o caráter de revisão prévia para a elaboração final, a cargo de S. Giedion, secretário geral do Congresso, que concluiu a versão oficial em 4 de setembro daquele mesmo ano.³²

A comparação entre as três versões efetuada por Pier Giorgio Gerosa, foi apresentada com o título *Declaração Final do IV CIAM*, num colóquio realizado em 1976, cujo tema foi “Atualidade da Carta de Atenas”. Esse trabalho nos interessa particularmente para analisar a redação do capítulo sobre patrimônio. O quadro comparativo montado por Gerosa demonstra haver alterações significativas entre as três versões, o que, significativamente, não se repete em relação ao citado capítulo, tendo sido mantidos sem alteração os termos formulados na primeira redação, ainda durante o Congresso.

O capítulo intitulado *Patrimônio* é constituído por seis itens que explicitam a postura do grupo vinculado ao movimento moderno sobre a preservação de edifícios e conjuntos urbanos, técnicas de intervenção e conservação. A versão publicada por Le Corbusier agrega ainda comentários pessoais sobre cada tema tratado.

As cartas de 1931, 1933 e 1964

O capítulo sobre Patrimônio, na Carta de 1933, começa por anunciar a convicção dos arquitetos modernos quanto à pertinência da preservação e seu entendimento, como mencionamos, inovador para a época, de que por “valores arquitetônicos” se entende tanto obras isoladas como conjuntos urbanos.

“65 - Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)”³³.

³⁰ A Carta do Urbanismo, formulada no IV CIAM, foi escrita logo após sua predecessora, a carta patrimonialista de Atenas, coincidência que é no mínimo curiosa.

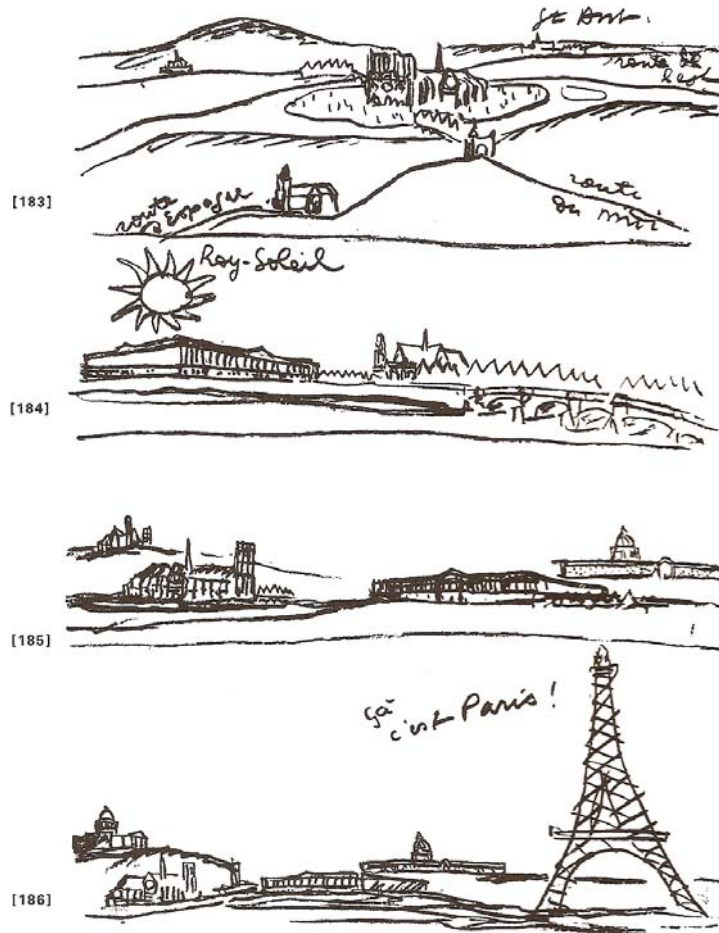
³¹ Nome do navio no qual foi realizado o IV Congresso.

³² GEROSA (1976): 30-1.

³³ Carta de Atenas (1933): item 65.

Na versão publicada por Le Corbusier foi agregado o seguinte comentário:

“A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma.”



Le Corbusier, Plan Voisin, Estudos para Paris, 1925.

Assim, as obras que conformam, ao longo dos séculos, a forma física das cidades, acabam por constituir sua personalidade, seu caráter e sua alma. Essas obras serão respeitadas, na medida em que são portadoras de valor, seja ele histórico, sentimental ou plástico.

“São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano.”

A atitude de respeito frente ao passado, entretanto, é um dever e um compromisso para com o futuro.

Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. ³⁴.

Nos três itens seguintes da Carta, ficam estabelecidos as condições, os limites e os critérios para que a preservação seja validada. Antes de mais nada, reforça-se a primazia do interesse coletivo sobre o individual e a importância da inserção urbana do edifício:

*“Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral...”*³⁵

O princípio do respeito a edifícios ou conjuntos que representam um testemunho do passado não pode, entretanto, se sobrepor ao direito das populações a boas condições de vida:

*“Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres...”*³⁶

O compromisso com a qualidade de vida da população e com as exigências de funcionalidade da cidade permanece prioritário mesmo frente a obras do passado consideradas particularmente relevantes, prevendo-se a possibilidade, nestes casos, até mesmo de deslocamentos:

*“Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até então imutáveis”.*³⁷

No item 66, os arquitetos vinculados ao movimento moderno reafirmam assim, o princípio, já presente na Carta de Atenas de 1931, de predomínio do interesse coletivo sobre o individual, no âmbito da preservação de bens patrimoniais.

*“A conferência aprovou unanimemente a tendência geral que consagrou nessa matéria um direito certo da coletividade em relação à propriedade privada”*³⁸.

Nos comentários de Le Corbusier ao item citado, o arquiteto sintetiza os princípios expostos nesses quatro primeiros itens, e enfatiza as noções de monumentalidade, e as condições da seleção do elenco de edifícios históricos –ou conjuntos – que merecem ser salvaguardados, isto é, que tem direito à perenidade:

“A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda

³⁴ CORBUSIER (1989): comentário ao item 65.

³⁵ Carta de Atenas (1933): itens 66.

³⁶ Carta de Atenas (1933): itens 67.

³⁷ Carta de Atenas (1933): itens 68.

³⁸ Carta de Atenas (1931): item administração e legislação dos monumentos históricos.

*estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. (...)*³⁹.

Seu comentário continua, elucidando o ponto de vista dos arquitetos e urbanistas vinculados ao CIAM, ao ressaltar o prevalência da visão urbanística sobre a preservacionista e a necessidade de avaliar os problemas que afligem a cidade moderna quanto aos aspectos da manutenção de edifícios ou conjuntos arquitetônicos.

*“(...) Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos casos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico”*⁴⁰.

Embora passados trinta e um anos entre as cartas do Urbanismo e a de Veneza, o sétimo artigo desta última parece retomar a parte final do comentário de Le Corbusier, respondendo diretamente a ele, negando-o. Para Corbusier prevalece os interesses da cidade sobre o edifício, já na Carta de Veneza predomina a história sobre o monumento e a cidade.

*“O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional”*⁴¹.

Outro tema, abordado particularmente no item 67, é o da adequação e adaptação dos edifícios antigos para a incorporação de funções ou programas da vida moderna. Hoje, esse aspecto é mais ou menos consensual nas entidades e órgãos destinados à preservação de bens patrimoniais, que aprovam intervenções para “atualização” das edificações à vida contemporânea, proporcionando conforto aos seus usuários. No entanto, cumpre destacar que a Carta de Veneza, de 1964, faz ressalvas a esse tipo de operação, mantendo de certa maneira a posição adotada na Carta de Atenas⁴².

“A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve

³⁹ CORBUSIER (1989): comentários ao item 66.

⁴⁰ CORBUSIER (1989): comentários ao item 66.

⁴¹ Carta de Veneza (1964): artigo 7.

⁴² A Carta de Atenas, de 1931, recomenda, no item *Doutrina: Princípios Gerais*, que “(...) se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico”.

*conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes*⁴³.

O comentário de Le Corbusier ao item reforça a posição dos arquitetos vinculados ao movimento moderno, da necessidade de adaptar os edifícios aos programas da vida moderna e também o tecido urbano antigo de determinadas cidades, aspecto evidenciado hoje nas políticas de patrimônio e sequer aventado naquele período pelas cartas patrimoniais.

*“Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. (...) em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e à saúde moral do indivíduo*⁴⁴.

O próximo item da Carta de 1933 defende, quando necessária, a demolição de áreas envoltórias de monumentos históricos para criar praças, parques, ou seja, “superfícies verdes”. O assunto, bastante polêmico, é alvo ainda hoje de debates acalorados e conflita com os princípios expostos nas cartas patrimoniais.

*“A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes*⁴⁵.

Neste caso, é importante recuperar o comentário presente na publicação de Le Corbusier, que enfatiza o caráter urbanístico do princípio acima exposto, afastando a referência a um “mero” cenário, às vezes presente na visão patrimonial:

*“É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente*⁴⁶.

Quanto à valorização dos monumentos, sua inserção urbana e o entorno no qual se encontra, a Carta de Atenas de 1931 apresentava uma proposta bem distinta de sua “homônima” de 1933.

“A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.

⁴³ Carta de Veneza (1964): artigo 5.

⁴⁴ CORBUSIER (1989): comentários ao item 67.

⁴⁵ Carta de Atenas (1933): item 69.

⁴⁶ CORBUSIER (1989): comentários ao item 69.

*Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas”.*⁴⁷

Por fim, o último item sobre o tema patrimônio presente na Carta do Urbanismo, destina-se à defesa da arquitetura e do urbanismo modernos, contra o ecletismo e o emprego dos estilos historicistas.

*“O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma”*⁴⁸.

Essa posição, presente na Carta de 1933, influenciará bastante a Carta de Veneza, em relação a sua predecessora de 1931. Vejamos primeiramente o tratamento que a Carta de Atenas de 1931 dá para o assunto:

*“(...) a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época”*⁴⁹

A Carta de Veneza reafirma a tendência, presente em 1931, de restrição ao restauro. No entanto, se aproxima das posições constantes na Carta do Urbanismo, à medida que recomenda a distinção explícita entre as intervenções contemporâneas realizadas em edificações antigas, estimulando o uso de novas tecnologias e materiais.

*“A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento”*⁵⁰.

⁴⁷ Carta de Atenas (1931): item Valorização dos Monumentos.

⁴⁸ Carta de Atenas (1933): item 70.

⁴⁹ Carta de Atenas (1931): item Doutrina.

⁵⁰ Carta de Veneza (1964): artigo 9.

Considerações finais

Relacionando o trabalho do arquiteto com o do historiador, os CIAMs assumem, na década de 1930, que o arquiteto não deve ser o falsificador. Essa é, sem dúvida, uma contribuição fundamental da arquitetura e do urbanismo moderno para a intervenção patrimonial, em sítios históricos ou em qualquer outro bem móvel e imóvel.

O papel da história no sentido de “reinventar” um passado é analisado por Hobsbawm:

“(...) a demanda de restabelecer ou recriar um passado tão remoto que possui pouca relevância pode ser igual a inovação total, e o passado assim invocado pode se tornar um artefato ou, em termos menos lisonjeiros, uma fabricação”⁵¹.

Transportando essa discussão para o âmbito da arquitetura e urbanismo, a frase do historiador inglês remete a uma frase de Le Corbusier, que consta de sua versão da Carta de Atenas ou Carta do Urbanismo.

“As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o ‘falso’ como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o ‘falso’ ao ‘verdadeiro’, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar”⁵².

Os princípios norteadores da Carta do Urbanismo em relação ao tema do patrimônio serão, ao longo do tempo, continuamente reafirmados, tanto pelos principais expoentes do movimento moderno, quanto pelas edições posteriores dos CIAMs. Como nesse trecho, escrito por Walter Gropius, em 1949, no texto⁵³ já referido anteriormente *Arqueologia ou arquitetura para os edifícios contemporâneos?*:

“No es necesario emular la ‘atmosfera’ de tal o cual período. Los edificios nuevos deben ser inventados, no copiados. Los grandes períodos arquitectónicos del pasado nunca han imitado a los períodos de sus antepasados. En un solo edificio famoso podemos hallar, lado a lado, las formas características del románico, del gótico y del renacimiento”⁵⁴.

⁵¹ HOBBSAWN (1998): 28.

⁵² CORBUSIER (1989): trecho do comentário ao item 70.

⁵³ É digno de nota que esse texto, com o título *Not Gothic but Modern for our colleges*, foi premiado em 1951, recebendo o prêmio Howard Myers.

⁵⁴ GROPIUS (1956): 105.

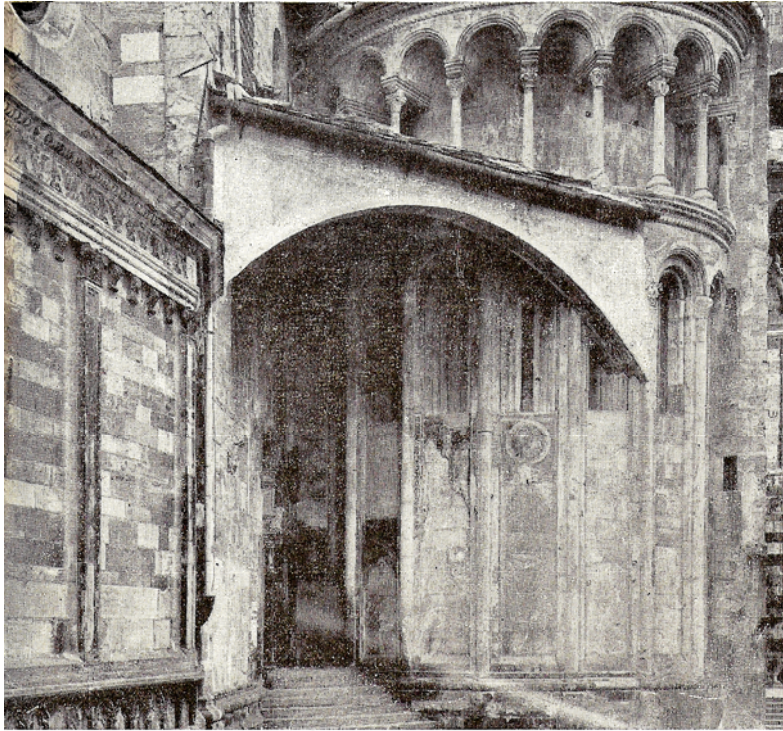


Fig. 38: Iglesia en Bergamo, Italia, donde se ven, uno junto al otro, elementos de construcción románicos, góticos y renacentistas. Fotografía: Konrad Wachsmann

Imagem da Igreja de Bérgamo, Itália. Utilizado por Walter Gropius para exemplificar a convivência de estilos, 1943.

A verificação dessa abordagem sobre o tema do patrimônio, permite ao menos questionar ou rever a visão corrente e disseminada de que o urbanismo moderno, e, em particular a Carta de Atenas, formulada a partir do IV CIAM, estão fundadas num radical antihistoricismo e propõe a “tábula rasa” como método de intervenção urbana.

É necessário rever essa discussão, lembrando que este é o início de um debate, que a partir da década de 1940, será reelaborado como um dos temas importantes para a arquitetura moderna no âmbito do CIAM, que é a questão da monumentalidade, ou da “nova monumentalidade”, como cunhou Giedion no ensaio *The need for a new monumentality, em 1944*⁵⁵. Em 1943, Giedion, juntamente com Josep Lluís Sert e Fernand Léger já haviam elaborado o famoso documento *Nove pontos sobre a monumentalidade*, onde afirmam a importância do monumento em seu sentido amplo:

“Los monumentos son hitos que el hombre ha creado como símbolos de sus ideales, sus objetivos y sus actos. Pretenden sobrevivir al período que los engendró y constituirse en

⁵⁵ O ensaio de Giedion foi publicado no livro *New architecture and city planning*, publicado por Paul Zucker. Sobre o tema, ver OCKMAN (1993): 27.

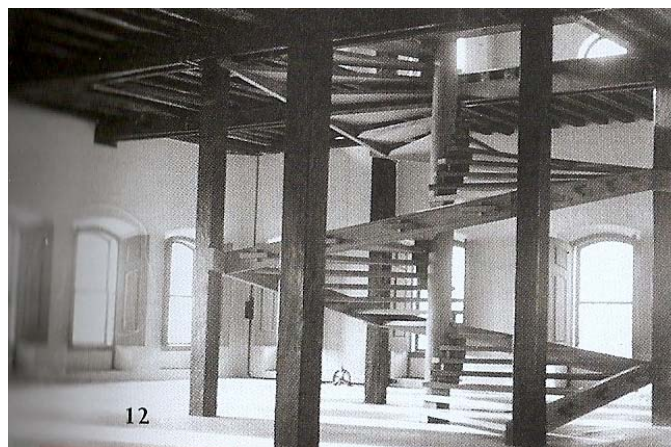
herencia para generaciones futuras. En este sentido, crean una conexión entre el pasado y el futuro".⁵⁶

E acrescentam:

"Los monumentos son la expresión de las necesidades culturales más elevadas del hombre. Deben satisfacer la eterna necesidad humana de símbolos que traduzcan o expresen la fuerza colectiva. Los monumentos más esenciales son aquellos que expresan los sentimientos y el pensamiento de esta fuerza colectiva: la gente. Los períodos que sólo viven en función del presente no son capaces de crear monumentos duraderos".⁵⁷

O documento, assinado por três importantes nomes da arte e da arquitetura moderna internacional e que ocupavam posição de destaque no âmbito do CIAM, explicita a necessidade sentida de maneira cada vez mais forte desde o início da década de 1940, de vinculação do projeto modernista junto ao aparato estatal e de disputa na esfera da política cultural. Em tom de manifesto tem a intenção clara de propor uma nova estratégia de intervenção para a arquitetura e o urbanismo moderno, que priorize o edifício excepcional, os edifícios públicos e planos urbanísticos fundamentais para o desenvolvimento das cidades. Nesse sentido, os autores dizem exatamente a que vêem: combater os estilos historicistas, tirar-lhes espaços.

Esse texto é bastante estimulante para pensar no panorama internacional a arquitetura e urbanismo moderno e sua posição em relação à preservação do patrimônio cultural porque permite explicitar que o movimento moderno se opõe aos estilos historicistas e não à história ou ao passado. Assim como, não se opõem aos monumentos do passado. Ao contrário, falam da necessidade de mantê-los para as gerações futuras. O que eles não dizem aqui é como preservá-los. Mas, em diferentes países é possível encontrar soluções para esse tipo de intervenção, que merecem ser reavaliadas.



Lina Bo Bardi, Solar do Unhão, Salvador, 1959-63.

⁵⁶ SERT, LÉGER, GIEDION (1951). In: COSTA;HARTRAY (1997): 15.

⁵⁷ SERT, LÉGER, GIEDION (1951). In: COSTA;HARTRAY (1997): 15.

Os rótulos ignoram um acervo considerável de artigos e documentos produzidos durante as décadas de 1930 a 1960, que apresentam contribuição de arquitetos e urbanistas engajados na defesa do movimento moderno para a questão da preservação do patrimônio. Então a relevância de verificar em que medida a história oficial contribuiu para ocultar uma cultura arquitetônica que se estabeleceu no campo da intervenção em edifícios históricos.

BIBLIOGRAFÍA

- AAVV (1988). *Le Corbusier, le passé à réaction poétique*. Lion, SNIM.
- BENEVOLO, Leonardo (1978). *Diseño de la ciudad 5. El arte de la ciudad contemporánea*. México, G. Gilli. Trad. Antoni Moragas. Publicação original em italiano .
- CONRADS, Ulrich (1973). *Programas y Manifestos de la arquitectura del siglo XX*. Barcelona, Ed. Lumen. N/C tradução. Publicação original em alemão em 1964.
- CHOAY, Fraçoise (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Ed. UNESP/Estação Liberdade. Tradução de Luciano Vieira Machado.
- Deuxieme Colloque sur la crise de l'environnement et de l'habitat". Actualité de la charte d'Athenes. *Anales*. Institut d'Urbanisme et d'Aménagement Regional – Université dès Sciences Humaines de Strasbourg, 1976.
- GROPIUS, Walter (1956). *Alcances de la arquitectura integral*. Buenos Aires, Ed. La Isla. Trad. Luis Fabricant. Publicação original em inglês em 1952c.
- HOBBSAWM, Eric (1998). *Sobre História*. São Paulo, Cia. Das Letras. Tradução Cid Knipel Moreira.
- KÜHL, Beatriz Mugayar (1998). *Arquitetura do Ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo, Ateliê Ed./FAPESP/SEC.
- LE CORBUSIER (1989). *Carta de Atenas*. São Paulo, Hucitec/Edusp. Trad. Rebeca Scherer. Publicação original em francês em 1941.
- LE CORBUSIER (2004). *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo, Cosac & Naify. Trad. Carlos E. M. De Moura. Publicação original em francês em 1930.
- LOCATELLI, Vittorio (1990). *Le Corbusier, la storia, la conservazione*. Milão, Franco Angeli Livri.
- MUNFORD, Lewis (1965). *Arquitetura, Construção e Urbanismo*. Lisboa, Ed. Fundo de Cultura. Trad. Carlos Kronauer. Publicação original em inglês em 1947.
- OCKMAN, Joan (1993). *Architecture Culture 1943-1968*. Estados Unidos, Columbia Books of Architecture / Rizzoli.
- RIEGL, Aloïs (1999). *El culto moderno a los monumentos*. Madri, Visor. Tradução de Ana Pérez López. Ed. orig.: 1903.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes (2003). *Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade*. In: ESPAÇO & DEBATES. *Cidade, Cultura, In (Civildade)*. São Paulo, Annablume Ed., nº 43-44, pp. 92-104.

Legislação geral – Cartas patrimoniais (www.iphan.com.br)

- Carta de Atenas, 1931 – Sociedade das Nações / Escritório dos Museus.
- Carta de Atenas, 1933 – CIAM.
- Carta de Veneza, 1964 – ICOMOS